



**PROCESSO** :2020 20321 00007  
**UNIDADE GESTORA** : 203300 – Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2019  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 064/2020/PCA/CGE**  
SGD Nº 2020 09049 001326

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS**, nos termos do inciso XII, art. 3º, da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

## **1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 da Universidade Estadual do Tocantins, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10, da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

## **2. DA ANÁLISE CONTÁBIL**

### **2.1 Do Responsável**

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do servidor **Germano Oliveira Vieira** – Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/MG nº 100271/O-7 T-TO, conforme certidão, às fls. 41.



## **2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, de fls. 103 a 179, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

### **2.2.1 Balanço Orçamentário**

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil, que tem a finalidade evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019, determinou como crédito inicial para a Universidade Estadual do Tocantins o valor de R\$ 46.312.642,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e quarenta e dois reais), sendo o valor autorizado de R\$ 48.889.774,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 114.

#### **2.2.1.1 Receita Realizada**

a) Houve arrecadação no valor de R\$ 1.566.211,91 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e onze reais e noventa e um centavos), referente à outras restituições, remuneração de depósitos bancários, outras transferências de convenio da União, serviços administrativos e comerciais gerais, inscrição em concurso e processos seletivos e outras receitas primárias, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 112.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um regular nível de arrecadação com percentual médio de 56,60%, conforme quadros a seguir:

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>ATUALIZADA</b>	<b>ARRECADADA</b>	<b>%</b>
Receitas correntes	2.267.000,00	1.566.211,91	69,09
Receitas de capital	500.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.767.000,00</b>	<b>1.566.211,91</b>	<b>56,60</b>

FONTE: Siafe-TO anexo 10 sem Fonte por UG



<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>ATUALIZADA</b>	<b>ARRECADADA</b>	<b>%</b>
101 – Outras Restituições	0,00	68.198,96	0,00
219 – Operações de Crédito	500.000,00	0,00	0,00
225 – Convênios Federais	740.000,00	225.281,36	30,44
240 – Recursos Próprios	1.527.000,00	1.272.731,59	83,35
<b>TOTAL</b>	<b>2.267.000,00</b>	<b>1.566.211,91</b>	<b>56,60</b>

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)

### 2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 98,28%, conforme quadros a seguir:

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EXECUTADA</b>	<b>%</b>
Despesas correntes	46.553.575,00	46.368.692,85	99,60
Despesas de capital	2.336.199,00	1.681.283,88	71,97
<b>TOTAL</b>	<b>48.889.774,00</b>	<b>48.049.976,73</b>	<b>98,28</b>

FONTE: SiafeTO - anexo 2

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EXECUTADA</b>	<b>%</b>
101 - Recursos Tesouro - MDE	44.806.608,00	44.761.771,56	99,72
104 - Emendas Parlamentares	552.000,00	551.999,30	100,00
219 - Operações de Crédito	500.000,00	0,00	0,00
225 - Convênios Federais	1.174.166,00	1.087.680,55	92,63
240 - Recursos Próprios	1.777.000,00	1.648.525,32	92,77
<b>TOTAL</b>	<b>48.889.774,00</b>	<b>48.049.976,73</b>	<b>98,28</b>

FONTE: Siafe-TO- Anexo 11 por Fonte

### 2.2.1.3 Despesas de exercícios anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existem empenhos inscritos em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer



o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no anexo 2 - Comparativo das Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 110 a 111, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizado até 31/12/2019 foi de R\$ 5.083.875,41 (cinco milhões, oitenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta um centavos), que equivale aproximadamente 10,58% do total das despesas realizadas no período R\$ 48.049.976,73 (quarenta e oito milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas, por não estarem previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e em alguns casos prejudicando o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

#### **2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial**

O orçamento inicial da Universidade Estadual do Tocantins foi de R\$ 46.312.642,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e quarenta e dois reais), sendo suplementado o valor de R\$ 5.836.389,000 (cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais) e reduzido o valor de R\$ 3.259.257,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais) perfazendo um montante autorizado de R\$ 48.889.774,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais) conforme Balancete às fls. 163 a 165.

As suplementações no orçamento inicial da Universidade Estadual do Tocantins, refletem um aumento de 12,60%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019 que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

#### **2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário**

O Balanço Orçamentário, às fls. 122 a 123, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 46.483.764,82 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas, para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas, para a execução orçamentária, o resultado gerou um déficit efetivo de R\$ 6.620.484,45 (seis milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), representando 12,95% da execução da despesa total, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 173, conforme quadro abaixo:



Receitas Realizada	1.566.211,91
Despesas Executadas	48.049.976,73
Déficit	-46.483.764,82
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	40.840.409,90
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-577.129,53
Saldo das Transferências	40.263.280,37
Déficit	-46.483.764,82
Déficit Efetivo	-6.220.484,45

## 2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

### 2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 1.566.211,91 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e onze reais e noventa e um centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 46.284.028,28 (quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, vinte e oito reais e vinte e oito centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 11.942.663,05 (onze milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinco centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 2.723.740,32 (dois milhões, setecentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 48.049.976,73 (quarenta e oito milhões, quarenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 1.435.454,92 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e doiscentavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 6.774.575,99 (seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), restando saldo de R\$ 6.256.635,92 (seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 126 a 129.



### 2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 131 a 135, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em 141,33%, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo;

II) O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Imobilizado, com o Passivo Não Circulante, representado pelo parcelamento de débitos trabalhistas – FGTS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um Déficit Financeiro de R\$ 3.102.967,75 (três milhões, cento e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 6.690.801,87 (seis milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e um reais e oitenta e sete centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 9.793.769,62 (nove milhões, setecentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), conforme às fls. 133 e 135, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 189.

IV) Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fls. 131, no valor total de R\$ 20.558.218,86 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, às fls. 1004 e 1005, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 347 a 350.

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 131, apresenta saldo no valor de R\$ 92.029,36 (noventa e dois mil, vinte e nove reais e trinta e seis centavos), que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 365, tendo sido justificado, às fls. 510 a 512.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 131, registra saldo no valor total de R\$ 6.121.304,85 (seis milhões, cento e vinte e um mil, trezentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), que confere com o Balanço Financeiro, às fls. 129.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” valor é composto pelo Limite de Saque, com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados os saldos apresentados nas contas da conciliação bancária e aplicações, que confere com o balancete às fls. 150, porém não confere com o relatório de conciliação e conferência



de caixa, às fls. 662 a 664, e extratos dessas, às fls. 535 a 661, , tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 186 e 187, conforme discriminação abaixo:

R\$ 793.443,69 (setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), nas contas bancárias específicas;

R\$ 31.935,52 (trinta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), aplicações financeiras;

R\$ 5.295.925,64 (cinco milhões, duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 132, totalizam um saldo de R\$ 16.742.078,25 (dezesseis milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a curto prazo.

IX) O saldo inicial da conta “Passivo Não Circulante”, às fls. 132, registra dívida fundada no valor de R\$ 17.491,04 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e um reais e quatro centavos), referente a parcelamento de débitos trabalhistas – FGTS.

### 2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, às fls. 133, um saldo no exercício atual de R\$ 9.161.998,82 (nove milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos), no Passivo Permanente, ), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 179 a 186.

No entanto, verifica-se ainda um valor que compõe o Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário) de R\$ 9.141.188,13 (nove milhões, cento e quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e treze centavos), às fls. 139, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa executada de R\$ 48.049.976,73 (quarenta e oito milhões, quarenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), para R\$ 57.191.164,86 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e um mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 10.532.972,22 (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve uma diminuição desses passivos.



#### **2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais**

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 48.391.588,52 (quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 56.627.871,91 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 8.236.283,39 (oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos), conforme demonstrado, às fls. 136 a 138, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 179.

#### **2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa**

a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 6.256.635,92 (seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), às fls. 145.

b) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 3.532.895,60 (três milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 4.545.150,14 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta reais e quatorze centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 911.712,01 (novecentos e onze mil, setecentos e doze reais e um centavo) e das atividades de financiamento no valor negativo de R\$ 100.542,53 (cem mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), que diminuindo do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 2.723.740,35 (dois milhões, setecentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos) resultou num Caixa e Equivalente de Caixa Final Final de R\$ 6.256.635,92 (seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos).

#### **2.2.6 Restos a Pagar**

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 5.267.907,53 (cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil, novecentos e sete reais e cinquenta e três centavos), deste montante, R\$ 3.646.297,81 (três milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 1.621.609,72 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e nove reais e setenta e dois centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 126.



b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.573.397,57 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos) demonstrado às fls. 124, do qual foi liquidado R\$ 189.904,23 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e quatro reais e vinte e três centavos), pago R\$ 189.904,23 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e quatro reais e vinte e três centavos) e cancelado R\$ 82.487,85 (oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), restando ainda um saldo de R\$ 1.301.005,49 (um milhão, trezentos e um mil, cinco reais e quarenta e nove centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, fls. 174 a 176.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 125, foi pago R\$ 786.679,09 (setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e nove centavos) e cancelado R\$ 20.240,74 (vinte mil, duzentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), restando um saldo de R\$ 3.223.445,64 (três milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), justificado às fls. 175 e 176.

### **3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTO NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

O Relatório de Gestão, às fls. 42 a 96, consoante às disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO n.º 006/2003, demonstra que as atribuições, da Universidade Estadual do Tocantins, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.433/2019 bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

#### **3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA**

##### **3.1.1 Objetivos**

No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Universidade Estadual do Tocantins foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, definido no Programa Temático 1157 – Educação Tecnológica, Profissional e Superior, às fls. 56.



### 3.1.2 Metas Regionalizadas

Para o **Objetivo 0445 - Promover o conhecimento científico e a formação acadêmico-profissional da sociedade tocantinense**, foram estabelecidas 02 (duas) metas regionalizadas, com alta execução em relação ao previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 59 a 61.

#### Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	
<b>Programa 1157 - Educação Tecnológica, Profissional e Superior</b>						
<b>Objetivo - 0445 - Promover o conhecimento científico e a formação acadêmico-profissional da sociedade tocantinense</b>						
4721	Desenvolver atividade de extensão para o público docentes, discentes e sociedade civil nos 4 Câmpus da Unitins.	Estadual	un	1.200,00	15.000,00	1.250,00
4115	Atender no mínimo 5% das demandas de pesquisas do Estado, manter os núcleos em pleno funcionamento e fomentar as ações de pesquisas científica e de pós graduação.	Estadual	%	5,00	5,00	100,00

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

### 3.1.3 Metas Não Regionalizadas

Na meta não regionalizada “**Manter 12 cursos de Graduação na modalidade presencial, 05 cursos na modalidade a distância e ampliar os quantitativo por meio de oferta de novas vagas**”, houve superação do previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme justificativas apresentadas pelos responsáveis, à fls. 58.

### 3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 01 (um) indicador, o qual teve a denominação definida com equívoco, sendo que foi mensurado “número de oportunidades oferecidas” quando deveria ter sido “pessoas atingidas nas ações de graduação e pesquisa”.

### 3.3 Ações temáticas

Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhados no quadro abaixo, durante o exercício de 2019, houveram 05 (cinco) ações temáticas vinculadas aos Programas Temático 1157 - Educação Tecnológica, Profissional e Superior, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 4.060.642,00 (quatro milhões, sessenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), conforme demonstrativos às fls. 62 a 88.



### Ações temáticas por programa

Metas Financeiras								Metas Físicas			
Ação	Orçamento Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidade	E/A %	L/A %	Produto	Prevista	Realizado	Execução %
<b>Programa 1157 - Educação Tecnológica, Profissional e Superior</b>											
4292	1.890.000,00	321.390,00	2.211.390,00	1.556.474,43	797.294,37	70,38	36,05	Prédios e Equipamentos	1	1	100,00
4302	45.000,00	18.882,00	63.882,00	59.048,71	55.876,18	92,43	87,46	Cursos de pós graduação e Pesquisas Agropecuária desenvolvida	10	10	100,00
4303	345.000,00	863.656,00	1.208.656,00	1.181.207,37	1.089.787,28	97,72	90,16	Vagas ofertadas em Licenciaturas e Bacharelados	1	640	64.000,0
4305	40.000,00	357.619,00	397.619,00	394.317,10	77.932,90	99,16	19,59	Capacitação de pessoas	1.200	15.000	1.250,00
4173	327.128,00	-148.033,00	179.095,00	168.374,94	39.174,94	94,01	21,87	Sinal transmitido	31	31	100,00
<b>Total Geral</b>	<b>2.647.128,00</b>	<b>1.413.514,00</b>	<b>4.060.642,00</b>	<b>3.359.422,55</b>	<b>2.060.065,67</b>	<b>82,73</b>	<b>50,73</b>				

FONTE: Sistema de Acompanhamento de Execução Orçamentária e do PPA

a) Depreende-se da análise que a Universidade Estadual do Tocantins apresentou, de forma geral, um bom desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 82,73% dos recursos autorizados.

b) Com relação a ação 4305, a sua execução financeira demonstra um percentual de 99,16%, enquanto que a meta física demonstra execução de 1.250%, não tendo sido apresentado na análise esclarecimentos pelo responsável da ação, conforme demonstrativo às fls. 69 a 79.

c) Na ação 4303, houve uma execução orçamentária e financeira de 97,72%, entretanto, alcançou 64.000% da meta física planejada, observa-se que a meta física foi subestimada, pois o produto da ação correspondia apenas 01 (uma) vaga ofertada em Licenciatura e Bacharelado, não sendo apresentado na análise esclarecimentos pelo responsável da ação, conforme demonstrativo, às fls. 65.

### 3.4 Ações de Gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com total de 05 (cinco) ações de gestão financeira, representaram um orçamento autorizado de R\$ 44.829.132,00 (quarenta e quatro milhões oitocentos e vinte nove mil e cento e trinta e dois reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,69% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 85 a 94.



### Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)
<b>Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>								
4319	Manutenção de Serviços de Informática	400.000,00	398.653,00	798.653,00	773.797,54	724.087,97	96,88	90,66
4188	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.988.754,00	531.240,00	3.519.994,00	3.513.673,91	3.343.503,04	99,82	94,98
4304	Pagamento de Precatórios da Unitins	350.000,00	650.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100	100
4317	Manutenção de Serviços de Transporte	320.000,00	-115.263,00	204.737,00	204.735,71	106.570,59	99,99	52,05
4219	Manutenção de Recursos Humanos	39.606.760,00	-301.012,00	39.305.748,00	39.198.347,02	39.194.139,74	99,72	99,71
<b>Total Geral</b>		<b>43.665.514,00</b>	<b>1.163.618,00</b>	<b>44.829.132,00</b>	<b>44.690.554,18</b>	<b>44.368.301,34</b>	<b>99,69</b>	<b>98,97</b>

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

#### **4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

No que concerne a Universidade Estadual do Tocantins, houve recebimento de recursos de convênio da União, no exercício de 2019, na ordem de R\$ 123.294,63 (cento e vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado no Anexo 10, às fls 112, Não havendo recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado Anexo 2, às fls 110 e 111.

#### **5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS**

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Universidade Estadual do Tocantins, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados da Universidade Estadual do Tocantins 07 (sete) processos, sendo 04 (quatro) concernentes à adesão em ata de registro de preços, 02 (dois) de dispensa de licitação e 01 (um) de inexigibilidade de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, também, existe dentro da



Controladoria um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

## 6. AUDITORIA E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 não foi realizada nenhuma auditoria e Inspeção na Universidade Estadual do Tocantins, ressaltamos, porém, que no exercício em análise foram realizadas 8 (oito) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor - Vinculado com a Setas	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018).
Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes	Avaliar o desempenho do “Sistema de Transporte Escolar”, tendo por finalidade subsidiar os responsáveis pela tomada de decisões com propositura de medidas para o aperfeiçoamento do sistema.	Portaria CGE nº 16/2019/GABSEC, de 15 de fevereiro de 2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Diário Oficial do Estado nº 5.301, de 15 de fevereiro de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/ TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 33/2019/GABSEC, de 08 de abril de 2019, que restabelece os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna Contábil, realizada na Polícia Militar do Estado do Tocantins, designada pela Portaria CGE nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, fixando a data limite até o dia 06 de maio de 2019, considerando ainda, o inteiro teor do Ofício Comissão de Auditoria CGE nº 08/2019, onde expõem pormenorizadamente os motivos da solicitação de restabelecimento do prazo fixado na Portaria CGE nº 105/2018, de 07 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.255, de 11 de dezembro de 2018.
Auditoria Interna Contábil	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 35/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Defesa Agropecuária (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).



Auditoria Interna Contábil	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como seus Fundos Vinculados	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 36/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação	Verificar pormenorizadamente as inconsistências que impedem a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio Federal, o qual fora a fonte de recursos para sua implementação.	Portaria CGE nº 87/2019/GABSEC, de 08 de julho de 2019, que instaura Auditoria no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação, especificamente no Projeto de Irrigação São João (Diário Oficial do Estado nº 5.394, de 09 de julho de 2019).
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Atender Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE Nº 169/2019/GABSEC, de 16 de agosto de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.423, de 20 de agosto de 2019).
Fiscalização	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Atender Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 292/2019/GABSEC, de 30 de outubro de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.475, de 1º de novembro de 2019).

## **7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA**

Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade na Universidade Federal do Tocantins, no exercício em análise, conforme informado às fls. 679.



## 8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pela Entidade, como demonstrado, às fls. 666 a 671, um quantitativo de 557 (quinhentos e cinquenta e sete) servidores, sendo 137 (cento e trinta e sete) servidores efetivos, 140 (cento e quarenta) comissionados, 69 (sessenta e nove) efetivos comissionados, 23 (vinte e três) efetivos com função de confiança, 182 (cento e oitenta e dois) contratos temporários e 06 (seis) desligados, conforme folhas de pagamento do mês de dezembro de 2019.

b) Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2019, às fls. 673 a 677, foi informado que houve admissão de 183 (cento e oitenta e três), sendo 01 (um) por meio de concurso e 182 (cento e oitenta e dois) por meio de contratos temporários.

c) Infere-se ainda que os servidores responsáveis pela Universidade estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Diretor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Estadual do Tocantins, às fls. 678.

d) Consta ainda, informativo do quantitativo 24 (vinte e quatro) servidores cedidos a outros órgãos, 05 (cinco) servidores em vacância, 12 (doze) em licença por interesse particular, e, 01 (um) servidor nomeado na estrutura de cargos da UNITINS, sob decisão judicial, conforme nota explicativa, às fls. 672.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Augusto de Rezende Campos, Darlene Alencar Bardal e outros** relacionados neste processo, às fls. 09, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.3, 2.2.1.5, 2.2.3 alínea “b” III, IV e V, 2.2.3.1, 2.2.4, 2.2.6 alíneas “b” e “c” e 3.2** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

assinado eletronicamente

**Raimunda Nonata Diogo Araújo**  
Analista/PPA

assinado eletronicamente

**Cristiane Dalastra**  
Analista/Contador

assinado eletronicamente

**Sunamita Barros Freitas**  
Analista/Supervisora

assinado eletronicamente

**Patrícia Wiensko**  
Analista/Supervisora



assinado eletronicamente

**Cleide Gomes Ribeiro Santos**  
Analista/Supervisora

assinado eletronicamente

**Katianne Lopes Paiva**  
Análise/Supervisora

assinado eletronicamente

**Rosário Luiz da Silva**  
Gerente da GEAPES em Substituição

assinado eletronicamente

**Eva Moreira Martins Santos**  
Diretora de Auditoria e Fiscalização

assinado eletronicamente

**Kilvania Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 26/02/2020.

assinado eletronicamente

**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente